



Organizadores

Alessandra Affortunati Martins

Aline Souza Martins

Érico Andrade

Léa Silveira

Lívia Santiago Moreira

PSICANÁLISE

Limiares

Desafios contemporâneos da psicanálise

Blucher

LIMIARES

Desafios contemporâneos da psicanálise

Organizadores

Alessandra Affortunati Martins

Aline Souza Martins

Érico Andrade

Léa Silveira

Lívia Santiago Moreira

Autores

Alessandra Affortunati Martins

Aléxia Bretas

Aline Souza Martins

Ana Carolina Minozzo

Érico Andrade

Guilbert Kallyan da Silva Araújo

Inara Luisa Marin

Jéssica Kellen Rodrigues

João Vitor Rodrigues

Léa Silveira

Lívia Santiago Moreira

Michelle Ulloa Gamboa

Pedro Ambra

Stéphanie Queiroz Jobst

Suely Aires

Limiares: desafios contemporâneos da psicanálise

© 2024 Alessandra Affortunati Martins, Aline Souza Martins, Érico Andrade,

Léa Silveira e Livia Santiago Moreira (orgs.)

1ª edição – Blucher, 2024

Editores Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenador editorial Rafael Fulanetti

Coordenação de produção Andressa Lira

Produção editorial Juliana Moraes

Preparação de texto Regiane da Silva Miyashiro

Diagramação Plínio Ricca

Revisão de texto Cristiana Gonzaga Souto Corrêa

Capa Laércio Flenic

Imagem de capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios, sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Limiares: desafios contemporâneos da psicanálise / organizado por Alessandra Affortunati Martins, Aline Souza Martins, Érico Andrade, Léa Silveira e Livia Santiago Moreira. – São Paulo : Blucher, 2024.
284 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-212-2326-9

1. Psicanálise I. Martins, Alessandra Affortunati

24-2203

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:
1. Psicanálise

Conteúdo

Prefácio	15
<i>Miriam Debieux Rosa</i>	
Apresentação	23
Parte I – Limiares entre psicanálise e feminismos	29
1. Podem as monstras falar? Reenquadrando a norma nos limiares da psicanálise	31
2. O inferno existe?	47
3. O mito do masoquismo feminino	59
4. Por que “masoquismo feminino”?	75
5. Psicanálise e mudança de paradigma: dói?	93

Parte II – Limiares da teoria do reconhecimento na clínica	113
6. As voltas do parafuso do reconhecimento: um processo de encontros na clínica psicanalítica	115
7. O pensamento de Jessica Benjamin: a possibilidade de reconhecimento mútuo	131
8. O que há de crítico na pulsão de morte?	153
9. Confissão e reconhecimento: leituras de um caso	165
Parte III – Limiares das questões raciais interpelando a psicanálise	181
10. Notas sobre o impacto da colonização na construção do eu negro	183
11. Frantz Fanon e Neusa Santos Souza: a neurose colonial e sua possível superação	201
12. Descolonizando a escuta psicanalítica	219
13. Um pacto neuroticamente narcísico	241
14. Escuta psicanálise: por uma retomada da subjetividade negra	259
15. Psicanálise e negritude: o mal-estar do racismo	273

Prefácio

Miriam Debieux Rosa

Por uma psicanálise implicada com os restos da colonização e do patriarcado na cena social e política

O livro é organizado e composto por um grupo de psicanalistas, pensadoras/es críticos que bebem da filosofia, da ciência política, de autoras/es feministas e de estudos das relações raciais e nos convida a debater sobre os desafios contemporâneos da psicanálise.

O desafio proposto é tensionar os fundamentos teóricos, epistemológicos e clínicos da psicanálise, construídos em outro tempo e espaço, outros impasses sociais e políticos, outras modalidades de guerra e processos de subjetivação. A questão posta é que, diante da elucidação das principais fontes de sofrimento, dos processos violentos da colonização, do patriarcado, da organização social neoliberal que incita uma gestão na lógica da guerra com outras estratégias de poder, a psicanálise sustenta-se sem concessões, como metodologia, clínica, ética e política?

O significante *limiaries* presente no título cria uma suspensão, um suspense sobre onde cada um dos capítulos vai chegar: seria no fim ou no resgate aos mínimos pilares que se asseguram na aposta

no inconsciente e na escuta, ou pretendem uma ultrapassagem, uma transformação necessária na psicanálise que pode descaracterizar o seu norte ético-político que nos orienta a práxis? Será a perda das fronteiras, dos litorais que nos dão um lugar a partir do qual trabalhar e/ou o convite para caminhar de modo menos narcísico e mais entremeados aos outros saberes?

Se o leitor espera algo como “psicanálise: ame-a ou deixe-a”, não é um livro para você. Mas se aceita o desafio de conhecer outras perspectivas iluminadas por autores de campos diversos de conhecimento, acompanhar as perguntas que incitam, coloca em suspensão saberes constituídos na psicanálise com releituras teóricas e clínicas, vale a pena se embrenhar na leitura que pode ser incômoda em alguns momentos, mas pela qualidade e fundamentação do texto, é instigante.

No decorrer do livro, vamos nos inteirando dos desafios que, para serem enfrentados, exigem uma posição em que se desenham os limiares que não pretendem nem garantir o futuro da psicanálise, nem convencer o leitor e nem defender o seu atual estatuto.

Três dos limiares são destacados: a abordagem epistêmica dos feminismos, as funções do reconhecimento e as questões das relações raciais. Tais perspectivas interpelam a psicanálise, incitando tanto a interlocução com as ciências políticas, filosofia, movimentos sociais e políticos, como interrogando a sua clínica, sua teoria e sua política.

Os capítulos são rigorosos na posição crítica ao retomar, sob tais perspectivas, o método, a clínica e a política da psicanálise não para, a meu ver, derrubar, mas para fazer avançar em termos fundamentais e sem deixar de lado a ferramenta que a distingue enquanto campo de saber – a escuta sob transferência, as relações de poder, as fontes do sofrimento e a política da falta – que reconhece a dignidade das variadas formas de subjetivação sociais, culturais, sexuais. Como Butler tão bem pontuou, a política parte da ética de respeitar a dignidade e o direito de cada sujeito com sua diferença.

A primeira parte aborda os limiares entre psicanálise e feminismo. Considero que Freud avançou frente à moral sexual de sua época na medida em que escutou as mulheres destinadas à confinamento e à morte precoce nos manicômios como loucas e degeneradas. Pôde escutar o aspecto moral em jogo e reverteu a dimensão da patologia em um modo de funcionamento que permitiu reconhecer um funcionamento comum a todos e para além da racionalidade – a dimensão inconsciente, o conflito, as defesas. Mas apesar dos muitos casos clínicos de mulheres, declara que sabe que não sabe o que quer a mulher, o continente negro.

Ao ler os capítulos dessa parte, vamos constatando que, ao descrever a dinâmica feminina, o masoquismo feminino e a degradação da vida amorosa dos homens, Freud toma o particular de uma cultura, tempo histórico e a modalidade de poder do patriarcado pelo universal do funcionamento das mulheres, de sua sexualidade, de seu desejo. Vale dizer que não apenas Freud, mas os seus sucessores – até nossos dias, tal naturalização opera na clínica e na cultura pela via da diferença de sexos e do silenciamento do desejo da mulher. Tais posições, muitas vezes, não refletem a densidade teórica da obra, o questionamento do lugar da norma e a tematização da lógica da diferença na sexualidade e na modalidade de gozo.

A problemática abordada na segunda parte trata dos limiares da teoria do reconhecimento recorrendo aos autores que enfatizam a luta pelo reconhecimento como eixo da política. Os capítulos do livro deslocam o reconhecimento do lugar exógeno à psicanálise, trazendo a política para a prática clínica, em seus vários planos e voltas. As questões da identificação, a constituição do sujeito, o complexo de Édipo, entre outros apoios teóricos, são retomados para além do drama familiar e conflito interno com a autoridade, ressaltando as relações de poder presentes na cena social, assim como na cena transferencial.

Por fim, na terceira parte, o livro debate o modo como as questões raciais interpelam a psicanálise. Demonstram como a

colonização comparece na construção do eu negro, explicitam a hipótese da neurose colonial e visam à direção clínico-política da descolonização dos afetos. Às teses do mal-estar social freudianas, acrescenta-se o mal-estar do racismo, debate que interroga o pacto civilizatório subsumido pelo pacto narcísico da branquitude e questiona o ponto mais fundamental da clínica psicanalítica: a escuta. A política da clínica questiona a qual pacto o analista se vincula e sua resistência na escuta quando o outro ocupa lugar subalternizado a ele na sociedade.

O livro enfrenta o desafio ético e técnico da psicanálise e passa pela revisão epistemológica de como o mal-estar da civilização atinge os sujeitos de modo diferenciado, afinal, nem todos pagam o mesmo preço pela pertença à civilização. Todos têm restrições pulsionais exigidas em troca da proteção e pertença. Porém, enquanto uma parcela da população tem maior proteção, menores restrições e menos infortúnios, a outra tem menor proteção, maiores restrições e sobre ela recai uma carga importante de sofrimentos sociopolíticos, o que inclui na clínica o tema da desigualdade, promovendo, para além do mal-estar social, sofrimento e silenciamento.

A pertença e a segurança do sujeito no campo social incidem de modo diverso sobre o sujeito e seu sofrimento, a depender das modalidades de governança e de inscrição social. O fato é que há um impasse para a clínica psicanalítica: o sofrimento que silencia, sofrimento sociopolítico, observado nos casos em que os sujeitos se encontram em posições desqualificadas socialmente, por fatores econômicos, raciais, culturais, religiosos, de gênero, entre outros.

Assim, outras tradições epistemológicas ganham relevância na articulação entre psicanálise, sofrimento e política, contribuindo para o avanço teórico da psicanálise, ao demonstrarem as estratégias que incidem sobre o sentido da vida e a fragilização da existência compartilhada que marca a historicização do sujeito e da comunidade.

A violência das relações coloniais e raciais que perduram questionam outro dos fundamentos – pode a psicanálise escutar a violência a partir unicamente da vertente da fantasia e da cena familiar? Freud chega a tematizar as neuroses atuais, principalmente frente às questões traumáticas observadas nos soldados nas guerras, mas recua, mesmo diante da interpelação de seus colegas, como fez Ferenczi. Considerar a cena social e política que promove sofrimento abala os fundamentos da psicanálise?

A consideração de que o sofrimento tem raízes sociopolíticas é um ponto de debate entre os psicanalistas. Considero um dos pontos cegos importantes que gera debates e dissidências entre os psicanalistas, mesmo depois do alerta de Lacan de que a Outra cena é a política. Consideramos um recalque da política na clínica psicanalítica reafirmar a neutralidade política do psicanalista, a universalidade do dispositivo clínico fundado por Freud e o entendimento de que a psicanálise trabalha exclusivamente na dimensão intrapsíquica – o sujeito e o desejo seriam como uma abstração sem corpo, raça ou classe social.

A passagem freudiana da hipótese traumática para a clínica da fantasia orienta tais psicanalistas na direção de que, independentemente dos acontecimentos factuais, a psicanálise trata da fantasia, ou seja, a fantasia de uma violência, por exemplo, é equivalente à experiência da violência. Por sua vez, o sintoma emerge da fantasia gerando a transferência que sustenta a demanda do tratamento analítico. Trata-se de uma construção do funcionamento de uma neurótica que, se responde a algumas situações clínicas, não é suficiente em outras – no caso das psicoses, por exemplo, não há resistência em admitir que há necessidade de mudanças substantivas no dispositivo clínico.

No entanto, quando se trata dos efeitos da desigualdade social e dos discursos discriminatórios que possibilitam toda sorte de exploração e violências e operam um desamparo discursivo, há resistências em considerar a especificidade desse sofrimento e em reconhecer e situar a dor advinda dos excessos do outro.

Quando racismos e sexismos comparecem como discurso do Outro em clara manipulação do imaginário para o simbólico, constatamos que a construção da fantasia, uma teoria de como estabelecer um laço com o outro, pode ser dificultada ou inoperante, dado o abalo narcísico que desarticula o sujeito de seu lugar de fala, naturaliza o lugar subalternizado e os processos de constituir uma demanda ao outro, um desafio para o modelo clínico da neurose. A consideração do efeito traumático das violências discursivas e de ocupar um lugar de resto na estrutura social, fora do pacto social, incita-nos a buscar outras formas de construção do laço transferencial para operar na clínica.

Por vezes, os marcadores sociais são aquilo que não foi representado e recaem sobre o sujeito como uma sobrerresponsabilização individual, falha (não falta), fracasso ou vergonha inominável. Nesse caso, comparecem, às vezes, como pano de fundo, identificados pela adesão identificatória que veda o lugar do sujeito; outras vezes, a marca do sujeito vem encoberta pelos marcadores sociais, seja como uma identificação imaginária e definitiva, seja como uma explicação ou ressentimento, ou mesmo como ideal. Isto é, os marcadores sociais podem participar como aquilo que obtura ao sujeito interrogar-se ou como ponto de ancoragem que permite reconfigurar a história. A escuta será fundamental nessa tramitação.

É nessa medida que manter um discurso homogêneo para toda a prática psicanalítica pode mascarar um conflito de fidelidades entre a ética psicanalítica e o lugar social que o psicanalista ocupa. Ou seja, há casos em que escutar o sofrimento e suas modulações sociais implica para o psicanalista na quebra de um pacto com a sua própria classe social, que naturaliza a desigualdade social. Esse é o dilema ético que está a serviço da resistência do psicanalista em escutar o sofrimento sociopolítico, o que o implicaria em uma crítica social que abala a sua própria posição no laço social.

A psicanálise implicada inclui a cena social e os atravessamentos discursivos dos marcadores sociais na construção do caso clínico e na

sua teorização. Trata-se não de ignorar ou explicar, mas de subverter as estratégias de oprimir ou explorar que fazem das diferenças marcadores.

A psicanálise comparece no livro como deve ser – em construção permanente a partir das interrogações de seu tempo, como fizeram os seus fundadores. O livro é um convite a uma posição implicada da psicanálise com a cena social e política.

Apresentação

*Olhe atentamente para o presente que você está construindo:
ele deve se parecer com o futuro com o qual você está sonhando.*

Alice Walker

Este livro reúne as falas realizadas no evento online “Limiars: desafios contemporâneos da psicanálise”, organizado por Alessandra Affortunati Martins, Érico Andrade e Léa Silveira em setembro de 2021 como parceria entre a Universidade Federal de Lavras (UFLA), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Grupo de Estudos, Pesquisas e Estudos Feministas (Gepef). O evento teve como objetivo repensar a psicanálise a partir de um conhecimento crítico e político no debate com a filosofia, os feminismos, o antirracismo e o campo do gênero.¹

Entendendo que essa psicanálise crítica precisa ser divulgada dentro do debate acadêmico e psicanalítico, decidimos reunir os textos inéditos dos autores e das autoras neste livro. O registro do nosso

¹ As mesas estão disponíveis no site da UFLA pelo link https://www.youtube.com/watch?v=zybvBMLFmfQ&ab_channel=Filosofia-UFLA.

encontro é uma forma de contribuir para o fomento desse campo teórico e prático que se nutre do diálogo com outras áreas, fazendo a disputa da narrativa dos limiaries e das interlocuções que queremos demarcar no campo psicanalítico.

Nesse sentido, propomos três grandes grupos de discussão: limiaries entre psicanálise e feminismos (Parte 1), limiaries da teoria do reconhecimento na clínica (Parte 2) e limiaries das questões raciais interpelando a psicanálise (Parte 3). Na Parte 1, temos o belíssimo texto de Aléxia Bretas que, no diálogo com Paul Preciado, critica o lugar de monstros e monstras que a psicanálise tradicionalmente coloca homens e mulheres trans, hermafroditas, homossexuais e todos os não cis ou não héteros. Para além da localização dos não homens como outro, diversidade ou objeto, a autora critica a tradicional divisão sexual binária da psicanálise como base epistemológica. Para ela, citando Preciado,

a psicanálise, tanto na França quanto em ultramar, estaria de fato diante de uma encruzilhada decisiva: 'ou ela continua a trabalhar com a antiga epistemologia da diferença sexual e legítima de facto o regime patriarco-colonial que a sustenta, tornando-se assim responsável pelas violências que produz, ou se abre a um processo de crítica política de seus discursos e de suas práticas.' (Preciado apud Bretas, 2024²)

Alessandra Affortunati Martins ousa em sua forma irreverente ao falar do inferno como esse demônio da repetição traumática. Mal como gozo, gozo como mal de sempre repetir na teoria o que não se inscreve, o que escapa à formulação lacaniana sobre amor e desejo, o

2 BRETAS, Aléxia. Podem as monstras falar? Reenquadrando a norma nos limiaries da psicanálise. In: MARTINS et al. (orgs.) *Limiaries: desafios contemporâneos da psicanálise*. São Paulo: Blucher, 2024.

que insiste em não se inscrever nos textos psicanalíticos: a dominação masculina e a expropriação do trabalho feminino. Segundo a autora,

há coisas que escapam a essa formulação lacaniana sobre amores e desejos: a dominação pela violência e o suor do trabalho explorado, não reconhecido e não remunerado que é feito em nome de um amor ao Outro. Quem tem feito essa espécie de trabalho? São perguntas. Não pretendo respondê-las aqui. Freud tem razão: em nome do amor ao próximo muitas formas de maldade se tornaram justificáveis.

E ainda sobre temas que insistem no mal, Livia Santiago Moreira retoma sua formulação de 2019 sobre o mito do masoquismo feminino a partir da crítica feita por Paula Caplan ao conceito freudiano. A autora demonstra como tal conceito foi formulado a partir do que é a fantasia masculina sobre as mulheres, tendo sido usado para justificar violências médicas e falta de compreensão das manifestações sintomáticas do trauma. Em uma análise conceitual também sobre esse tema, Léa Silveira faz uma densa recuperação da teoria do masoquismo em Freud, demonstrando como o conceito não se sustenta como algo inato do feminino, como quiseram muitos pós-freudianos. Defende que insistir nessa abordagem é dar à psicanálise um caráter essencialista, o que contraria seus próprios princípios. E ainda sobre o masoquismo, dialogando com o ecofeminismo, Ana Carolina Minozzo e Livia Santiago Moreira retomam a importância do trabalho de Rosi Braidotti no diálogo com a psicanálise lacaniana e destacam o difícil trabalho de mudar os paradigmas psicanalíticos.

Na continuação do diálogo com as feministas na Parte 2, a teoria do reconhecimento é recuperada por Aline Souza Martins como forma de repensar a clínica em suas diferentes voltas e tempos,

partindo da teia de relações de dominação e poder que localizam os sujeitos na história do mundo e nos seus contextos. Em sua primeira volta, ela toma Jessica Benjamin como interlocutora para repensar o Édipo, o desejo como forma de lidar com o que não se inscreve. Na segunda volta traz a possibilidade do encontro com o inesperado da alteridade e, finalmente na terceira, abre um diálogo com Amy Allen e Kelly Oliver para pensar a possibilidade do novo.

Na sequência, Michelle Ulloa Gamboa faz uma revisão da teoria do reconhecimento mútuo em Jessica Benjamin, apontando limites e se perguntando: “podemos realmente apostar nossas ‘esperanças pela transformação social’ no reconhecimento?”. Ainda nessa teoria, Inara Luisa Marin recupera os frankfurtianos e se pergunta sobre as possibilidades críticas da pulsão de morte, posicionando-se em uma importante retomada da primeira onda e da recuperação do “próprio conceito freudiano de pulsão como capaz de romper um dualismo posteriormente criado entre intersubjetivo e intrapsíquico”.

Articulando as questões políticas que envolvem o reconhecimento com a clínica, Suely Aires retoma a apresentação de caso descrito por Lacan como M. H. A autora faz uma crítica aos termos patologizantes utilizados pela equipe, que compreende prontamente o discurso dessa mulher trans como doença e disfunção antes de escutar seu desejo, não lhe dando espaço para ser sujeito. Ela insiste que retomar esse caso nesse momento tem várias funções, dentre elas:

para que a nomeação “transexualismo”, como enunciado por Lacan no período, não venha recobrir – em um gesto de violência – o não saber sobre o singular por meio da afirmação geral de um saber ou discurso já instituído. Não é recobrimo a clínica com a teoria que avançamos em relação à ética que sustenta a psicanálise e que é exercida por cada analista em sua prática.

Nesse último limiar (Parte 3), as questões raciais fazem um papel incontornável de interpelação da psicanálise e abertura para que a teoria avance. Nesse sentido, Jéssica Kellen Rodrigues retoma autores e autoras negras, como Grada Kilomba, Lélia González e Franz Fanon na demonstração do impacto dos processos de colonização e racismo na construção do eu negro. Segundo a autora, na busca do ideal do eu como algo universal encontramos uma diferença, pois “para os negros essa busca essencial para a construção do ‘eu’ é impedida, ou seja, a própria busca de ser, isso porque a existência do ‘eu branco’ nega a existência do ‘eu negro’”. E a autora continua com um alerta, “é essa estrutura racista que precisamos romper e o seu rompimento começa com o conhecimento da existência dela e da lógica que a alimenta.”

Nesse mesmo sentido, João Vitor Rodrigues retoma a história de Franz Fanon e Neusa Santos Sousa, que impactaram a psicanálise com suas teorias demonstrando como a neurose colonial é uma questão social e política para a psicanálise, e que a luta contra o racismo é necessária para a mudança social tanto dentro dos consultórios como fora deles, “de modo coletivo e com a transformação material e política do mundo”.

Ainda nesse tópico, Stephanie Queiroz Jobst faz uma revisão das teorias sobre a decolonização dos afetos, convocando psicanalistas brasileiros a colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, que perceba as questões de raça, classe e gênero como problemas estruturais, que embora sejam escutados de forma singular nos consultórios, fazem parte da história da psicanálise no nosso país.

Nesse sentido, Pedro Ambra retoma o trabalho importantíssimo de Cida Bento e Lélia Gonzales para destacar o pacto da branquitude que denegou a existência do racismo no Brasil por muito tempo, enfraquecendo a possibilidade de luta. O autor destaca a atualidade da questão e invoca o que outrora se chamou revolução como saída política. Em um tom semelhante, Guilbert Kallyan da Silva Araújo faz um ensaio que também convoca a psicanálise a se reinventar por

meio da escuta atenta do povo negro que fala da sua realidade no rap dos Racionais MCs e via autores e autoras negros e negras como Isildinha Nogueira, Clóvis Moura e Kabengele Munanga, que denunciavam o racismo brasileiro como advertências à psicanálise.

Finalizando essa sessão, e também o livro, Érico Andrade parte de um excerto de caso clínico, demonstrando como é negado a homens e mulheres negras a possibilidade de singularidade, encurralando-os sempre a se apoiarem no “nós” para se defenderem da violência racista. Para o autor, o problema da demanda de pessoas negras por psicanalistas negros ou negras demonstra que é possível reconhecer que a singularidade da experiência de sofrimento das pessoas negras está ligada ao corpo negro. Entretanto, a elaboração desse sofrimento não se reduz à partilha de uma experiência estética comum. Assim, o que é decisivo para o acolhimento clínico de pessoas negras é o compromisso da psicanálise com a pauta antirracista no sentido de compreender que o racismo não é um aspecto marginal na vida das pessoas negras, mas aquilo que constitui as pessoas negras no que diz respeito a sua subjetividade.

Com esse encontro tão frutífero de textos, pensamentos e afetos, esperamos contribuir com a crítica necessária para construir o futuro das nossas práticas a partir dos solos férteis dos territórios limiares.

Aline Souza Martins

Alessandra Affortunati Martins

Érico Andrade

Léa Silveira

Lívia Santiago Moreira



Limiares são espaços em que as fronteiras se alargam e a psicanálise se entremeia com as críticas feministas, as teorias do reconhecimento e antirracistas. Este livro é efeito do desejo urgente de crítica à psicanálise. Diferentes autorias escrevendo em um corpo textual comum, pensando os desafios contemporâneos para uma psicanálise porvir, feita de e para feministas, negras, negros, dissidências de gênero e sexualidade – monstruosidades que denunciam os círculos teóricos que nos marginalizam.

Insistir em romper com as alianças patriarcais e coloniais e tecer novos laços, eis o trabalho de *Limiares*, territórios férteis de escritas tecidas por patas e garras monstruosas.

Mariah Neves Guerra

Dra. em Psicologia Clínica e Cultura pela UNB

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2326-9



9 788521 223269



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

Limiars

Desafios contemporâneos da psicanálise

Alessandra Affortunati Martins, Aline Souza Martins,
Érico Andrade, Léa Silveira, Lívia Santiago Moreira

ISBN: 9788521223269

Páginas: 284

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2024
